

**PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 1349/25**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;
- Código de Trânsito Brasileiro;
- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente, Institui a Política Nacional do Meio Ambiente, definindo proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental; reconhece poluição sonora como forma de degradação ambiental.
- Resolução CONAMA nº 002, de 08 de março de 1990, que dispõe sobre o Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora;
- Resolução CONAMA nº 252, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre os limites máximos de ruído nas proximidades do escapamento para veículos rodoviários automotores, inclusive veículos encarroçados, complementados e modificados, nacionais e importados.
- Resolução CONAMA nº 256, de 30 de junho de 1999, que estabelece a responsabilidade dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente na inspeção de emissão de poluentes e ruídos, como exigência para o licenciamento de veículos automotores nos municípios abrangidos pelo Plano de Controle da Poluição por Veículos em Uso – PCPV;

Resolução Conama nº 2, de 11 de fevereiro de 1993, que estabelece limites máximos de ruído para veículos rodoviários automotores — motocicletas, motonetas, triciclos, ciclomotores, bicicletas com motor auxiliar e veículos assemelhados — tanto em



PROCURADORIA

aceleração quanto em condição de parada. A norma visa reduzir a poluição sonora causada por esses veículos, protegendo a saúde e o conforto ambiental da população urbana

Resolução Conama nº 418, de 25 de novembro de 2009, que dispõe sobre critérios para elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular (PCPV) e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (I/M) pelos órgãos ambientais estaduais e municipais, além de determinar novos limites de emissão e procedimentos para avaliação do estado de manutenção de veículos em uso.

- Lei Orgânica do Município São Paulo;
- Lei nº 11.631, de 21 de julho de 1994, que altera dispositivos da Lei nº 11.501/1994 (refinando critérios de tratamento acústico para estabelecimentos).
- Lei Municipal nº 11.804, 19 de junho de 1995, que dispõe sobre avaliação da aceitabilidade de ruídos na Cidade de São Paulo, visando o conforto da comunidade. Revoga a Lei nº 8.106, de 30 de agosto de 1974 e o seu Decreto Regulamentar nº 11.467, de 30 de outubro de 1974.
- Lei Municipal nº 13.344, de 06/05/2002, que dispõe sobre as condições para a cobrança, pelo Poder Público, de multas provenientes de aparelhos eletrônicos sobre infrações cometidas por motoristas condutores de veículos automotores.
- Lei Municipal nº 15.777, de 29 de maio de 2013, que dispõe sobre a emissão de ruídos sonoros provenientes de aparelhos de som instalados em veículos automotores estacionados, e dá outras providências.
- Decreto nº 54.734/2013 – regulamenta a Lei 15.777/2013, de 29 de maio de 2013, que dispõe sobre a emissão de ruídos sonoros provenientes de aparelhos de som instalados em veículos automotores estacionados.

**PROCURADORIA**

-Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a política de desenvolvimento urbano e o plano diretor estratégico;

- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, - Plano Diretor Estratégico (PDE);

- Lei Municipal nº 16.499 de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre a elaboração do Mapa do Ruído Urbano da Cidade de São Paulo e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 16.607, de 29 de dezembro de 2016, que institui o Programa Ruas Abertas e altera a Lei nº 12.879, de 13 de julho de 1999, revoga a Lei nº 12.273, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.912 de 06 de junho de 2018, que dispõe sobre o controle de ruídos e poluentes tóxicos da frota de veículos utilizados pela Administração Pública, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 18.349, DE 09 de dezembro de 2025, que disciplina o uso do viário urbano municipal para exploração de atividade econômica privada de transporte individual remunerado de passageiros por meio de motocicletas.

PL 1350/2025 Autoriza o Poder Executivo a instalar radares antirruído no âmbito de São Paulo e dá outras providências.

PL 1175/2025 Proíbe a emissão de poluição sonora proveniente de escapamento de motocicletas, ciclomotores e veículos similares no Município de São Paulo e define punições aos infratores.

**PROCURADORIA**

PL 11/2025 Dispõe sobre os critérios de controle da emissão de ruídos por veículos automotores, considerando o interesse local, no município de São Paulo e dá outras providências.

PL 76/2024 Dispõe sobre medidas para o controle da poluição sonora no âmbito do Município de São Paulo.

PL 74/2024 Dispõe sobre medidas para o controle da poluição sonora no município de São Paulo.

PL 775/2023 Regulamenta a atuação da Guarda Civil Metropolitana na fiscalização e autuação de residências, estabelecimentos comerciais e veículos automotores que descumprirem os parâmetros de incomodidade no âmbito do município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 525/2018 DISPÕE SOBRE O COMBATE À POLUIÇÃO SONORA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 750/2017 DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE MULTA PARA POLUIÇÃO SONORA DE ALARMES EM VEÍCULOS AUTOMOTORES ESTACIONADOS EM VIAS PÚBLICAS DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 23 de janeiro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068